

ALGUMAS QUESTÕES SEMÂNTICAS ACERCA DA SEQUÊNCIA DE TEMPOS EM PORTUGUÊS

A questão da sequencialização dos tempos é um aspecto das línguas observado pelas gramáticas desde há muito, embora muitas vezes seja mencionada de modo indirecto quando se trata da transposição do discurso directo para o indirecto. No entanto, se considerarmos que o estudo da semântica dos tempos, como, aliás, de uma série de outros fenómenos linguísticos, deve ter o texto e não a frase isolada como objecto de análise, verificamos que a sequencialização dos tempos, porque exprimem, pelo menos, a ordenação dos acontecimentos e dos estados descritos, se pode observar mesmo quando se trata do domínio de frases complexas.

Assim, para mencionar só uma gramática como a de J. Soares Barbosa¹, veja-se o que diz a propósito daquilo que ele chama «... uso e emprego dos modos e tempos do verbo na oração»:

«Quando o primeiro verbo está no presente ou no futuro do indicativo, o segundo verbo póde ir a qualquer tempo do mesmo modo, tratando-se de verdades contingentes; e tratando-se de verdades necessarias, todos os tempos do primeiro verbo podem levar o segundo ao presente. Quando porém o primeiro verbo está em qualquer tempo dos preteritos, ou imperfeitos ou perfeitos, o segundo não póde deixar de ir tambem a outro preterito, imperfeito quando a coisa não foi acabada, e perfeito quando o foi.» (p. 213).

«O tempo do primeiro verbo no indicativo é quem determina, ordinariamente, em que tempo deve estar o segundo verbo no subjunctivo. ... Mas quando o verbo da proposição principal está no presente ou no futuro do indicativo, o da proposição subordinada vae para o presente do subjunctivo, se se expri-

¹ SOARES BARBOSA, J. – *Grammatica Philosophica da Lingua Portugeza*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 5ª edição, 1871.

mir um presente ou futuro; e para o preterito, se o que se quer exprimir é já passado. E quando o verbo da proposição principal está em algum dos preteritos imperfeitos ou perfeitos, põe-se o segundo no imperfeito do subjunctivo, se o que com elle se quer exprimir é presente ou futuro; e no preterito perfeito, se o que se quer exprimir é passado e acabado.» (p. 215).

Estas afirmações são muito interessantes tendo em conta que se trata de uma gramática do princípio do século dezanove. Tentaremos neste estudo analisar, em especial do ponto de vista semântico, a validade de tais afirmações à luz de propostas teóricas actuais, procurando também encontrar uma explicação tendo em conta contextos intensionais.

Vejamos qual o problema. Em primeiro lugar, em frases complexas em que há um estrutura de complementação com *verba dicendi*, se o verbo da oração principal estiver no Pretérito Perfeito (doravante Pperf), frequentemente o verbo da subordinada está no Imperfeito (doravante Imp), embora de facto qualquer tempo seja possível, dependendo da ordenação que se pretende descrever. Assim, os exemplos seguintes são todos possíveis, embora com algumas diferenças que não são só temporais:

- (1) A Maria disse que o Manuel foi ao cinema.
- (2) A Maria disse que o Manuel ia ao cinema.
- (3) A Maria disse que o Manuel estava doente.
- (4) A Maria disse que o Manuel está doente.
- (5) A Maria disse que o Manuel tinha ido ao cinema.
- (6) A Maria disse que o Manuel tem ido ao cinema.
- (7) A Maria disse que o Manuel vai comprar um carro.
- (8) A Maria disse que o Manuel compraria um carro.
- (9) A Maria disse que o Manuel comprava um carro.

Com efeito, para além das diferenças entre todos os exemplos, merece salientar os pares constituídos por (2) e (3) por um lado e (8) e (9), por outro. O primeiro mostra dois exemplos com Imp, cuja leitura é diferente,

² A Substituição do Condicional pelo Imperfeito não é um fenómeno recente na língua portuguesa, pois já Soares Barbosa o atesta na sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. Por outro lado, também surge noutras línguas românicas como o italiano, como por exemplo é mencionado em BAZZANELLA, C. – *Modal uses of «indicativo imperfetto» in a Pragmatic Perspective*, in «Journal of Pragmatics», 14, 1990, pp. 439-457.

em virtude de se tratar respectivamente de um evento e de um estado, e o segundo pode pôr em paralelo dois exemplos semelhantes, à exceção do tempo verbal, que em vários contextos podem substituir-se entre si, como acontece em certas construções condicionais². Trataremos em secção posterior estes casos.

Veja-se agora o que se passa com exemplos em que o verbo da oração principal é um verbo de atitude (como *crer, pensar, acreditar...*). Para além dos pares com Imp e com Condicional, convém também prestar atenção a (13).

- (10) A Maria pensou que o Manuel foi ao cinema.
- (11) A Maria pensou que o Manuel ia ao cinema.
- (12) A Maria pensou que o Manuel estava doente.
- (13) A Maria pensou que o Manuel está doente.
- (14) A Maria pensou que o Manuel tinha ido ao cinema.
- (15) A Maria pensou que o Manuel tem ido ao cinema.
- (16) A Maria pensou que o Manuel vai comprar um carro.
- (17) A Maria pensou que o Manuel compraria um carro.
- (18) A Maria pensou que o Manuel comprava um carro.

Uma das questões cruciais a discutir é se, apesar dos paralelismos entre os exemplos dos dois blocos, o tratamento dos tempos em frases complexas com verbos de atitude pode ser uniforme, ou se pelo contrário, exige abordagens diferentes. Em termos mais claros, a questão é saber se se trata de processos de anáfora temporal ou de sequencialização de tempos.

Uma das propostas teóricas mais interessantes para o estudo da semântica dos tempos em frases e em discursos é a Teoria Independente³. Nesta teoria há três assunções fundamentais: os tempos são avaliados relativamente ao tempo da enunciação, quer estejam em frases encaixados ou não; os tempos são expressões referenciais, que podem ser anafóricos⁴; e os

³ Veja-se, entre outros, os seguintes trabalhos de Abusch: ABUSCH, D. – *Two Theories of Tense in Intensional Contexts*, in «Proceedings of the 9th Amsterdam Colloquium», Universidade de Amsterdão, 1993, pp. 47-66. ABUSCH, D. – *Sequence of Tense and Temporal De Re*, in «Linguistics and Philosophy», vol. 20, n° 1, 1997, pp. 1-50.

⁴ Actualmente, a anáfora temporal é tratada no quadro de várias teorias, mas o texto fundador em que se estabelece uma relação entre anáfora nominal e anáfora temporal é de B. Partee: PARTEE, B. – *Some Structural Analogies Between Tenses and Pronouns in*

tempos podem ser interpretados *de re*. Esta proposta de análise é bastante interessante porque permite dar conta das relações temporais de modo idêntico, quer se trate de contextos extensionais, quer intensionais. Neste último caso a semântica dos tempos depende só da articulação entre tempo e a semântica dos verbos de atitude. No entanto, como se verá, nem todos os exemplos podem ser tratados no quadro desta abordagem, sendo necessário discutir, com base nos dados do português, se a relação entre Pperf e Imp por um lado, e modo indicativo e modo conjuntivo por outro, não determinam interpretações diferentes.

Em línguas como o Português, em que há contraste entre Pperf e Imp parece ser relativamente evidente que a diferença entre exemplos como (1) e (2) e (10) e (11) permite estabelecer ordenações diversas dos eventos. Em (1) e em (10) «Manuel ir ao cinema» é anterior a «Maria dizer» ou «Maria pensar» e em (2) e (11) há uma relação de simultaneidade parcial e até de posterioridade em relação ao dizer ou ao pensar, mas não em relação ao tempo da enunciação. Mas no caso dos exemplos (4) e (13) há claramente uma co-temporalidade, isto é, estas frases são ambíguas entre uma sobreposição temporal em relação ao tempo do dizer ou pensar ou ao tempo da enunciação, e nessa medida podemos dizer que se trata de casos de frases de acesso duplo (*double access*).

A única restrição que a teoria independente faz em relação a um tempo do passado é que o evento que descreve seja anterior ao tempo de enunciação, independentemente de se tratar de um verbo em posição encaixada ou não. Nessa medida a semântica de um tempo em tal posição não depende de configurações sintáticas, em especial do contexto de encaixe. Isso acontece com os exemplos (1) e (3) e (10) e (12) na medida em que no primeiro de cada um dos exemplos destes pares, há precedência em relação ao verbo da matriz e no segundo dos exemplos há uma relação anafórica com o verbo da matriz que se encontra no passado relativamente ao tempo da enunciação. No entanto, exemplos como os de (2) e (11) mostram que, apesar de os tempos de ambas as frases serem passado, o segundo, por ser Imp permite uma possível projecção para o futuro. Porém, essa posterioridade parece ser não só em relação ao tempo da frase matriz,

English, in «The Journal of Philosophy» 70, 1973, pp. 601-609. Posteriormente reformula algumas das suas propostas num também muito importante artigo: PARTEE, B. – *Nominal and Temporal Anaphora*, in «Linguistics and Philosophy», vol 7, n° 3, 1984, pp. 243-286.

como também poder ser extensível ao momento da enunciação. Neste caso estamos perante um problema para a Teoria Independente apesar de exemplos semelhantes como (8) ou (17) poderem ser descritos por esta teoria na medida em que estamos perante um futuro do passado⁵, isto é, trata-se de um futuro relativamente ao passado da frase matriz.

Vejamos agora outros exemplos:

(19) Na segunda-feira passada o Manuel pensou que estava em Paris na terça-feira.

(20) Na segunda-feira passada o Manuel pensou que esteve em Paris na terça-feira.

O que é interessante notar é que em (20) a terça-feira relevante é anterior à segunda-feira, enquanto em (19) só é possível considerar uma leitura em que a terça-feira é posterior. Isto evidencia que o Imp é ambíguo entre passado e futuro. Essa talvez uma das razões por que em certos contextos pode ocorrer em vez de Condicional. Deve também notar-se que há uma certa relação entre este facto e os usos modais do Imp⁶ na medida em que é possível, entre outros usos, exemplos do tipo de (21) em que Imp é projectado para um tempo posterior ao da enunciação:

(21) Amanhã ia à biblioteca.

Há quem considere que se trata de um Imp de planificação⁷ e nestes casos, embora possível, o Condicional parece pouco comum, se não estiver associado a uma condição, tornando evidente que nestes casos não se trata de um futuro do passado:

⁵ Nalgumas gramáticas o Condicional é designado por «Futuro do Passado», como é o caso de CUNHA, C.; CINTRA, L. Lindley – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1984.

Em trabalhos recentes sobre os tempos em português, veja-se PERES, J. – *Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese* in «Cadernos de Semântica», 14, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993.

⁶ Veja-se a este respeito, OLIVEIRA, F. – *Alguns efeitos semânticos e pragmáticos do Pretérito Imperfeito*, não publicado, 1985; OLIVEIRA, F. – *Algumas Considerações acerca do Pretérito Imperfeito*, in «Actas do 2º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística», Lisboa, 1986, pp.78-95. Pode ainda ver-se BAZZANELLA, C. – *op. cit.*

⁷ Veja-se, entre outros, BAZZANELLA, C. – *op. cit.*

(22) Amanhã iria à biblioteca (se tivesse tempo livre/ *tiver tempo livre).

(23) Amanhã ia à biblioteca (se tivesse tempo livre/ tiver tempo livre).

Com efeito, a diferença entre estes exemplos mostra que o Condicional é aceitável só se houver uma leitura de contrafactualidade⁸.

Mas vejamos ainda outros exemplos com tempos do passado em contextos intensionais:⁹

(24) A Maria pensou que casava com um homem que a amava.

(25) A Maria pensou que casaria com um homem que a amasse.

(26) A Maria pensou que casava com um homem que a amasse.

A diferença entre (24) e (26) advém do contraste entre modos. De um modo geral considera-se que esta diferença em frases relativas restritivas tem conseqüências do ponto de vista da referência nominal, pois com modo indicativo pode postular-se a existência do indivíduo com essa propriedade (homem que a amava), contrariamente ao que acontece com o modo conjuntivo em que essa interpretação não pode ser feita, isto é, neste caso estamos perante um contexto intensional, enquanto no primeiro caso se trata de um contexto extensional. É, no entanto, bastante curioso que este contraste também tenha repercussões na relação temporal, evidenciando de forma clara que os dois tipos de referência têm pontos de contacto. Assim, do ponto de vista temporal, em (24) que a amava é contemporâneo de pen-

⁸ Por vezes, na literatura sobre condicionais distingue-se dois tipos de contrafactualidade: as condicionais contrafactuais propriamente ditas e as problemáticas, que em português se obtêm com formas diferentes do Conjuntivo:

(i) Se tivesse ido a Lisboa, tinha (teria) ido ao concerto.

(ii) Se fosse a Lisboa, ia (? iria) ao concerto.

⁹ Alguns dos exemplos apresentados são sugeridos por exemplos de ABUSCH, D. – *op. cit.* 1997. No entanto, as diferenças acabam por ser grandes em virtude de ela analisar exclusivamente o inglês. Como se sabe, o sistema dos tempos e dos modos do português é não só diferente como mais complexo, acarretando distinções consideráveis e a possibilidade de construir exemplos em português que são impossíveis em inglês.

Uma questão interessante a discutir é se uma relativa no escopo de um verbo intensional pode ter ou não uma leitura de Sequencialização de Tempos. O caso do português parece ir nesse sentido. Para uma visão diferente deste ponto, veja-se ENÇ, M. – *Anchoring Conditions for Tense*, in «Linguistics Inquiry», 18, 1987, pp. 633-657.

sar e possivelmente alargado ao tempo de casar. Em (26), que a amasse só pode ser contemporâneo do tempo de casar ou posterior, apresentando nesse caso uma leitura paralela à de (25). Por outro lado, casava é posterior ao tempo de a Maria pensar e em (26) pode ser até posterior ao tempo da enunciação, acontecendo o mesmo com casaria do exemplo (25).

Nesta linha de observações é ainda interessante o exemplo seguinte:

(27) O Manuel decidiu há uma semana que dentro de dez dias dizia aos pais que ia mudar de emprego.

Há uma semana é anterior ao tempo da enunciação, mas *dizia* é contemporâneo de *dez dias* e *ia mudar* é posterior a dizer. Estamos perante a utilização de Imp com uma leitura de posterioridade em relação ao tempo da enunciação bastante claro em virtude dos adverbiais explícitos. Com efeito, *há uma semana* é avaliado em relação ao tempo da enunciação e *dentro de dez dias* em relação ao início do intervalo de *há uma semana*. No entanto, neste caso não há lugar à utilização de modo conjuntivo, como acontece em (26), e, se *dizia* parece poder ser substituído por *diria*, tornando-o um futuro em relação ao tempo da enunciação e não de um passado, já *iria mudar*, só marginalmente é possível, tendo associada uma condicionalidade que não está presente com o Imp. Nesta linha de apresentação de alguns dados interessantes sobre a interpretação dos tempos em contextos intensionais, veja-se ainda (28):

(28) Há cinco dias, o Manuel prometeu fazer uma intervenção num seminário uma semana mais tarde sobre o assunto em que os participantes estavam/estivessem mais interessados.

Este exemplo apresenta algum paralelismo com (24)-(26). Isto é, a leitura diverge consoante estamos perante o modo indicativo ou conjuntivo. No primeiro caso (*estavam mais interessados*), o tempo só pode preceder o tempo de enunciação, em particular, o início do intervalo de *há cinco dias*, enquanto no segundo caso terá de ser entendido como referindo o tempo do seminário, posterior ao tempo da enunciação. Parece, assim, que se trata de uma questão de escopo do sintagma nominal encabeçado por o assunto, sendo no primeiro caso escopo largo e no segundo escopo estreito, tendo como consequência que no primeiro há uma leitura *de re* e no segundo não há.

Antes de tentar encontrar uma explicação para estas diferenças, será ainda interessante observar alguns exemplos com modais.

- (29) Ele devia estudar mais.
- (30) * Quando estava na Faculdade, o Manuel devia estudar mais.
- (31) Quando estava na Faculdade, o Manuel devia ter estudado mais.
- (32) A mulher do Manuel pode/podia tornar-se rica.
- (33) O Manuel casou-se com uma mulher que pode/* podia tornar-se rica.
- (34) O Manuel casou-se com uma mulher que pode/podia ter-se tornado rica.

Dizer (29) ou (32) só pode ter como ponto de avaliação temporal o tempo da enunciação, isto é, alguém podia ter feito essas afirmações no passado, relativamente a esse tempo, ou então pode ser relativamente ao tempo presente, mas com uma prospecção para o futuro, pois não é possível relatar o dever ou a possibilidade passada utilizando frases como (30) ou (33). Para esse efeito as frases adequadas são respectivamente (31) e (34).¹⁰

Mas veja-se o que pode acontecer se estas frases forem encaixadas num contexto intensional:

- (35) O Manuel pensou que ele devia estudar mais.
- (36) O Manuel pensou que a mulher podia tornar-se rica.

Nestes exemplos o tempo de avaliação é o da frase matriz e por isso «estudar mais» ou «a mulher tornar-se rica» só pode ser posterior a «Manuel pensar».

Verificamos assim, que há uma ambivalência de leituras de tempos do passado, em especial do Imp, o que leva a supor a necessidade de ter em

¹⁰ No exemplo (33) e (34) pode é perfeitamente aceitável por se tratar de uma possibilidade considerada do ponto de vista presente, isto é, da enunciação. Quanto a *podia*, se pretendermos que a leitura seja de anáfora temporal com *casou*, que é o caso que aqui nos interessa, então não é aceitável. A frase seria, no entanto, aceitável se *podia tornar-se rica* fosse entendida como uma possibilidade condicional projectada para o futuro: *podia tornar-se rica, se quisesse*. Nestes casos há frequentemente uma implicatura conversacional (cancelável).

conta um «abstractor de avaliação temporal» em contextos intensionais, na medida em que parece que em contextos extensionais a questão é outra.

Em (37) não é possível considerar que *estava na sala ao lado* possa ser avaliado relativamente ao tempo de enunciação, apesar de *sala ao lado* ter uma posição relativa àquela em que se encontra o falante, mas só ao tempo da frase matriz, pois se quisermos dizer que o amigo está agora na sala ao lado, a frase adequada é (38).

(37) Na semana passada o Manuel encontrou um amigo que estava na sala ao lado.

(38) Na semana passada o Manuel encontrou um amigo que está na sala ao lado.

Vejamos ainda mais uns exemplos:

(39) A Maria pensou que o Manuel estava assustado durante a última tempestade

(40) A Maria pensou que o Manuel estava assustado durante a *próxima/seguínte tempestade.

O exemplo (39) não apresenta qualquer problema¹¹, mas (40) nas duas versões parece bastante interessante. Se considerarmos *próxima tempestade* a relação temporal não é aceitável na medida em que tal tempestade será posterior ao tempo da enunciação e apesar de em certos contextos o Imp permitir uma projecção para o futuro, ela é limitada. Pelo contrário, *tempestade seguinte* é aceitável porque se trata neste caso de uma tempestade posterior ao tempo da frase matriz, mas anterior ao da enunciação. Parece pois haver alguma evidência de que há um limite superior para a denotação dos tempos, mas que não é o agora de uma alternativa epistémica, mas o antes do tempo da enunciação, dado que, contrariamente ao que acontece com o Past inglês, Imp permite «*forward shift*».

Nos contextos intensionais é também interessante observar o que se passa com exemplos em que o tempo da frase matriz, com um verbo de atitude, é passado e o tempo da frase encaixada é presente.

¹¹ Note-se que *última tempestade* pode ser interpretada relativamente a «pensar» ou ao tempo da enunciação, mas não coloca qualquer problema porque em qualquer dos casos é anterior ao tempo da enunciação.

- (41) O Manuel pensou que a Maria está doente.
(42) O Manuel pensava que a Maria está doente.

As duas frases parecem possíveis, mas com diferenças consideráveis entre si. No primeiro destes exemplos relata-se um pensamento num tempo passado em relação ao da enunciação e a «Maria estar doente», por ser presente, tem, à partida, que apresentar uma sobreposição, pelo menos parcial, com o tempo da enunciação, embora deva também estar relacionado com o tempo de pensar. No segundo exemplo, há um tempo passado, que por ser Imp, permite considerar que o intervalo de tempo relevante se mantém, pelo menos até ao presente da fala, levando a considerar que se está perante um tempo passado que se sobrepõe parcialmente com o tempo de «estar doente», que, como no exemplo anterior, se sobrepõe ao tempo da enunciação de toda a frase. O que é muito curioso neste exemplo é que parece haver uma certa contradição pragmática na articulação entre estes dois tempos. Intuitivamente, o Imp em casos destes permite uma implicatura conversacional do tipo «pensava, mas pensava mal» e por outro lado o Presente admite que o falante tome como certa a proposição da frase encaixada. Esta intuição torna-se mais evidente se contrastarmos (42) com (43) ou (44). Em (43) a implicatura é sobre *estava doente* e em (44) não há implicatura.

- (43) O Manuel pensava que a Maria estava doente.
(44) O Manuel pensa que a Maria está doente.

Resumindo. Em primeiro lugar verificámos que no contexto de um verbo de atitude a maior parte dos tempos pode ocorrer na frase complemento. Os casos que mais nos interessam são os exemplos em que o tempo da frase matriz é passado, em especial Pperf e o tempo das frases encaixadas é também passado, em especial Imp. Consideram-se ainda alguns casos em que a frase encaixada está no Presente. Por outro lado, verificámos que com o apoio de algumas expressões adverbiais é possível encontrar contextos em que a relação temporal é bastante mais complexa do que poderia parecer, porque as relações de precedência, de sobreposição ou até de posterioridade não são evidentes e porque os contextos intensionais têm repercussões na organização temporal das frases, permitindo certos contrastes de modo e de tempo em português.

Uma das maneiras de abordar algumas destas questões é considerar que alguns destes exemplos podem ser tratados recorrendo à «teoria inde-

pendente» em que os tempos são avaliados relativamente ao tempo da enunciação, podem estabelecer relações anafóricas e podem ser interpretados *de re*.

Retomemos os exemplos. Em (10) temos um tempo passado que precede outro, isto é, o «Manuel ir ao cinema» é anterior a «a Maria pensar». E num exemplo como (12) estamos perante uma relação de sobreposição em que *estava doente* é anafórico relativamente a *pensou*. Se em qualquer dos casos estamos perante passados em relação ao tempo da enunciação, então podemos dizer que o tempo das frases encaixadas é independente da configuração sintáctica. No entanto, (11) pode ser ambíguo entre uma leitura anafórica, isto é, em que há co-referência com o tempo da frase matriz ou em que há posterioridade relativamente a *pensou*, aproximando este exemplo de (17). Neste último caso estamos perante um Condicional que opera como um futuro do passado e por isso, apesar de futuro, é possível tratá-lo no quadro da teoria independente porque há anáfora em relação ao passado da frase matriz. Com Imp não há, à partida, qualquer indicação nesse sentido, apesar de Imp e Condicional aparecerem indiferentemente em certos contextos, como já se disse.

No quadro da teoria independente já se disse que exemplos como (10) e (12) podem ser tratados por estarem de acordo com as duas primeiras assunções desta proposta, no entanto está por resolver a análise das anáforas em contextos de verbos de atitude. De facto, perante um exemplo como (10) como é possível estabelecer a anáfora? Fundamentalmente, a Maria não sabe quando de facto o Manuel foi ao cinema (ou se foi) e o falante diz que foi no passado anterior a «a Maria ter pensado». Ora, este problema apresenta paralelismos com as anáforas nominais em contextos intensionais. Basta lembrar os famosos exemplos de Quine¹². Assim, num

¹² A questão coloca-se da seguinte maneira informal: Ralph viu um homem com chapéu castanho e pensa que ele é um espião. Mais tarde viu um homem com cabelo cinzento e pensa que ele não é um espião. Acontece que se trata do mesmo indivíduo, isto é, Orcutt. Portanto, seria possível atribuir crenças contraditórias a Ralph, nomeadamente, pensar que Orcutt é um espião e não é um espião. No entanto, as crenças de Ralph parecem plausíveis, se ele não souber que se trata do mesmo indivíduo. Portanto, podemos considerar que Ralph tem diferentes relações de «acquaintance» em momentos diferentes, isto é, a descrição de homem com chapéu castanho está relacionada com um determinado tempo e espaço de Ralph e a do homem com cabelos cinzentos a um outro tempo-espaço. Nestas condições, apesar de o falante saber que se trata do mesmo indivíduo, não

exemplo como *Ralph viu um homem, no café e pensa que ele, é um espião*, coloca-se a questão de saber como é que ele num contexto intensional pode estabelecer anáfora (vejam-se os índices) com *um homem* que está num contexto extensional. Mas se *ele* for usado *de re*, fazendo-o sair do escopo do verbo de atitude, então é possível estabelecer a anáfora porque o indivíduo está no mundo real¹³.

A ideia fundamental é a de que esta concepção pode ser também utilizada para tratar os casos de relação entre tempos mencionados anteriormente. Por isso Abusch considera que em casos em que há precedência entre dois tempos do passado («*backward shift*») o tempo encaixado é interpretado *de re* e denota assim, em exemplos como (10), o tempo em que o Manuel foi ao cinema. Em exemplos como (12), ao tratar-se de anáfora com o passado da frase matriz, é necessário assumir uma interpretação *de re* do elemento anafórico e a relação de *acquaintance* é dada pela identidade com o agora de a Maria pensar. Nesta linha de argumentação, um exemplo como (11) pode ser analisado da seguinte forma: ir ao cinema é posterior a «Maria pensar», mas anterior ao tempo da enunciação. No entanto, não parece haver forma de contacto directo ou indirecto entre quem pensa e o objecto do pensamento, levando a considerar que neste caso não pode tratar-se de um caso em que há interpretação *de re* do tempo da frase encaixada, tratando-se muito possivelmente de Sequencialização dos Tempos. Se, no entanto, for possível que a posterioridade dada pelo Imp venha a incluir o tempo da enunciação, então a dificuldade é ainda maior para a teoria independente. Os exemplos (19)-(23) são bastante interessantes deste ponto de vista.

Em primeiro lugar, (20) é analisado como (10), mas (19) revela o seguinte, com paralelismo parcial com (12): por um lado pode ser prospectivo, isto é, a *terça-feira* é posterior ao tempo da frase matriz, mas também é possível ser retrospectivo. Neste segundo caso é interpretado como (20), mas na primeira leitura o que se passa é que *na terça-feira* tem escopo estreito relativamente a pensar, isto é, trata-se de uma crença do Manuel e não de uma crença atribuída pelo falante. Deste ponto de vista seria equi-

pode relatar as crenças de Ralph considerando que são contraditórias, pois quem sabe isso é o falante e não Ralph.

Confronte-se com QUINE, W. v. O. – *Quantifiers and Propositional Attitudes*, in «*The Journal of Philosophy*», 53, 1956, pp. 183-194.

¹³ Estas observações são bastante informais. A este propósito veja-se ABUSCH, D. – *Sequence of Tense and Temporal De Re*.

valente a dizer que o Manuel num tempo passado pensou: «na terça-feira estou (vou estar) em Paris». Nestes casos em que a anáfora é interna ao contexto de atitude, o que é natural é que possa haver uma leitura prospectiva dada pelo Imp em português.

Não é por acaso que o Imp pode ser utilizado prospectivamente quando se trata de uma planificação como em (21), embora possa admitir-se que há alguma modalização. No entanto, como se viu nos comentários a propósito dos exemplos (22)-(23), não se pode confundir com o Condicional nestes contextos, dado que o Imp pode co-ocorrer com Futuro do Conjuntivo e o Condicional não pode.

Nos exemplos (24)-(26), como já se observou anteriormente, que a amava é contemporâneo de pensar e também de casar, embora indeterminado relativamente ao tempo de enunciação. No entanto, que a amasse nos exemplos seguintes tem o efeito de projectar para um futuro que pode até ultrapassar o tempo de enunciação. Esta leitura invalida qualquer interpretação *de re* e advoga no sentido de uma Sequencialização dos Tempos, que por efeito do Imp ser um operador aspectual transformando uma qualquer situação em estado¹⁴, permite uma projecção para um futuro posterior ao tempo da enunciação, como se verificou em (21) em que não existe qualquer contexto intensional. A consequência fundamental neste caso é a de que, ao tratar-se de um Conjuntivo, torna possível que o próprio falante assumia também a *possibilidade* expressa pelo pensamento da Maria. Neste sentido parece ser plausível que não se possa colocar como limite máximo de avaliação dos tempos do passado em português, em contextos intensionais, o tempo da crença, contrariamente ao que acontece com o inglês¹⁵. Com efeito, em certos casos pode incluir o tempo da enunciação, por parte do falante, da crença de outro.

Assim, há casos em que, apesar de termos tempos considerados do passado, estamos perante projecções para o futuro, que tipicamente são

¹⁴ Veja-se a este respeito KAMP, H.; ROHRER, C. – *Tense in Texts*, in Bauerle, R. (organizador) «Meaning, Use, and Interpretation of Language», Berlim/Nova Iorque, de Gruyter, 1983.

Para o Português, veja-se OLIVEIRA, F – *Alguns Aspectos do Aspecto*, in «Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística», Lisboa, 1991, e também OLIVEIRA, F. – *Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português*, in «Actas do Congresso Internacional sobre o Português», vol. II, Lisboa, APL, 1994, pp. 151-190

¹⁵ Confronte-se com ABUSCH, D. – *op. cit.*.

atribuídas nestes contextos ao Condicional. Parece ser essa a razão por que em vários contextos o Condicional está a ser substituído pelo Imp.

Se nestes exemplos o uso do modo conjuntivo é determinante para uma tal interpretação, como aliás acontece com o exemplo (28), já em (27) não pode ser esse o despoletador, mas sim a articulação dos adverbiais de tempo. Nestes casos estamos perante uma articulação de tempos que não é licenciada localmente pelo tempo da frase matriz, mas pelo da enunciação (ou outro) levando a postular um «abstractor» temporal.

No entanto, parece que a maior parte dos exemplos apresentados permite dizer que o tempo de avaliação em contextos intensionais pode ser obtido de duas maneiras: o tempo passado da frase encaixada estabelece anáfora com um outro tempo (passado) da matriz e é assim anterior ao tempo de enunciação. Em muitos destes casos estamos perante uma análise *de re* do tempo. Uma segunda forma de analisar os tempos em contextos intensionais é considerar que a anáfora se estabelece no escopo do contexto intensional e por isso pode haver uma projecção para o futuro, levando a considerar que o facto de haver tempos no passado está relacionado com a Sequencialização dos Tempos. Isto é, de uma certa forma os tempos morfológicos são vazios e é um «abstractor tempora» que determina se há sobreposição ou posterioridade. Veja-se a este respeito o contraste entre (24) e (25)-(26) ou ainda (39) e (40). Nestes exemplos, verifica-se que (39) não apresenta qualquer problema porque se trata de uma relação de precedência entre dois tempos do passado. No entanto, em (40) na versão em que se usa *próxima tempestade* não há aceitabilidade em virtude de *próxima* ser anafórica do tempo de enunciação, contrariamente ao que acontece com *seguinte tempestade* em que a anáfora é com o tempo da crença. Duas observações merecem menção: por um lado, a versão com *próxima tempestade* seria aceitável com *estaria*, o que evidencia que nem sempre o Imp e o Condicional são intersubstituíveis, e que aceitabilidade com *seguinte tempestade* se deve ao facto de haver um contexto intensional em que, por princípio, pode haver projecção para o futuro, mesmo se o tempo de avaliação for, como é o caso, o tempo da crença.

Porém, acontece que em exemplos como (37) e (38), em que não ocorre um contexto intensional, não é possível utilizar um tempo do passado para falar do presente, isto é, não há relação com o tempo da enunciação se o tempo da frase encaixada for passado, só havendo sobreposição se o tempo for presente. Isto vai no sentido de se considerar que muito possivelmente só há Sequencialização de Tempos em contextos intensionais.

nais e que o que se passa em contextos extensionais é uma relação directa com a ordenação dos tempos relativamente ao tempo da enunciação ou outro, conforme o que for o ponto de referência ou de perspectiva¹⁶.

Os exemplos (29)-(36) são também muito interessantes, pois pode observar-se que as frases encaixadas num contexto extensional não podem ter um infinito simples para estabelecer anáfora com o tempo da frase matriz, sendo só possível o infinito composto. Em contexto intensional, pelo contrário, tal é possível como se pode observar em (35) e (36). Desta forma, parece que novamente estamos perante uma Sequencialização de Tempos em contexto intensional, dado que o Imp projecta para o futuro de pensar.

No caso dos exemplos com Presente como (41), estamos perante casos de acesso duplo em virtude de haver uma sobreposição não só em relação ao tempo da enunciação como também em relação ao tempo de pensar. Isto tem como efeito pragmático que o falante assume como verdadeira a situação descrita pela frase encaixada e se se souber que não o é, então a frase parece bastante estranha. Nestes casos a semântica dos tempos parece forçar uma interpretação *de re* do Presente, apesar de se tratar de um contexto intensional.

Desta forma, parece haver casos em que a semântica dos tempos nos conduz a uma leitura *de re* quando há precedência do tempo da frase encaixada em relação ao da matriz, ou pelo menos sobreposição. Quando se trata de uma projecção para o futuro é perfeitamente plausível que isso aconteça num contexto intensional, mas o que é estranho é que ocorra com tempos do passado. Neste caso estamos perante Sequencialização de Tempos. A língua portuguesa tem, ao contrário do que acontece com o inglês, meios para distinguir estas interpretações, quer através do contraste Pperf/Imp, quer através do contraste Indicativo/Conjuntivo. Quando se trata de tempo presente há também uma interpretação *de re*.

Para concluir, retomemos o texto de Soares Barbosa. Na primeira parte da citação diz o seguinte: «... tratando-se de verdades necessarias, todos os tempos do primeiro verbo podem levar o segundo ao presente». Isto é

¹⁶ Para as noções de ponto de referência temporal e ponto de perspectiva temporal, veja-se REICHENBACH, H. – *Elements of Symbolic Logic*, Londres, Macmillan, 1947 e também KAMP, H.; REYLE, U. – *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer, 1993.

revelador de uma intuição muito interessante, embora colocada de modo demasiado forte, que é a de o tempo presente em frases encaixadas poder ser interpretado *de re*, com a consequência pragmática de que é assumido como verdadeiro pelo falante que relata.

Por outro lado, diz também que «quando o verbo da proposição principal está em algum dos preteritos imperfeitos ou perfeitos, põe-se o segundo no imperfeito do subjuntivo, se o que com elle se quer exprimir é presente ou futuro; e no preterito perfeito, se o que se quer exprimir é passado e acabado». Esta intuição concorda também com os dados que vimos anteriormente, em especial nos exemplos em que se contrastou Indicativo e Conjuntivo.

Estas questões necessitam de um maior aprofundamento e de um tratamento formal adequado, mas parece ser possível desde já afirmar que uma teoria da Sequência dos Tempos deve ter em conta que a sua descrição não pode ser feita em termos meramente sintácticos na medida em que é sensível ao escopo dos operadores, pode ser despoletada por operadores implícitos, mas não explícitos sintacticamente, e também porque é sensível à intensionalidade.

Fátima Oliveira